



CASO WIKILEAKS / EUA obtêm vitória judicial depois que Corte de Apelações britânica anula decisão de não entregar Assange a Washington. Fundador do site que divulgou informações sigilosas recorre ao Tribunal Supremo do Reino Unido

Extradicação mais perto

Uma novela que se arrasta há dois anos caminha para um desfecho desfavorável para Julian Assange, fundador do site WikiLeaks. O governo dos Estados Unidos conseguiu uma vitória importante na tentativa de extraditar o australiano de 50 anos, preso em Londres desde sua detenção na Embaixada do Equador, em 2019. Um tribunal de apelações do Reino Unido anulou a decisão prévia de não entregar Assange.

Washington deseja julgar o fundador do WikiLeaks pela publicação, a partir de 2010, de quase 700 mil documentos diplomáticos e militares secretos, relacionados, principalmente, com as guerras lideradas pelos Estados Unidos no Afeganistão e Iraque. Na primeira instância, a juíza Vanessa Baraitser bloqueou a extradicação, em janeiro, por considerar que Assange, com uma saúde mental considerada frágil, poderia cometer suicídio se fosse entregue ao sistema judicial dos Estados Unidos.

No entanto, os advogados do governo norte-americano recorreram da decisão e, nove meses depois, alegaram que a magistrada não atribuiu importância suficiente a outros depoimentos de especialistas sobre o estado psicológico do detido. Eles garantiram que o australiano não seria mantido em isolamento punitivo em uma penitenciária federal de segurança máxima e que receberia o tratamento médico adequado.

Ontem, o tribunal de apelações de Londres deu razão a Washington e anulou a sentença prévia, por considerar que o governo dos Estados Unidos “apresentou ao Reino Unido um pacote de garantias” e destacando que aceitaria uma transferência de Assange para a Austrália em caso de condenação. Desta maneira, o tribunal ordenou que, sem mais exames, o caso seja enviado ao Ministério do Interior, que tem a última palavra sobre qualquer extradicação.

Recursos

A batalha legal deve se arrastar por um tempo. Os advogados de Assange anunciaram uma apelação ao Tribunal Supremo britânico e a Cortes internacionais, se for necessário. “Vamos esgotar todos os recursos nacionais e internacionais para defender aquele que não cometeu nenhum crime e tem resistido heroicamente, e com coragem, por mais de 11 anos à perseguição por defender a liberdade de expressão e o acesso à informação”, disse o ex-juiz espanhol Baltasar Garzón, coordenador internacional da defesa de Assange.

Na saída do tribunal, a noiva de Assange, a advogada sul-africana Stella Moris, denunciou o “cinismo” de “ter um dos principais jornalistas dos últimos 50 anos em uma prisão britânica acusado de publicar a verdade sobre crimes de guerra, sobre os assassinos da CIA”.

A organização não governamental

Niklas Halle'n/AFP



Stella Moris, noiva de Julian Assange, fala à imprensa diante da Corte Real de Justiça, em Londres: ataques aos EUA

de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional questionou as garantias de Washington, que chamou de “intrinsecamente pouco confiáveis”. A Reporters Sem Fronteiras (RSF) criticou uma decisão com “perigosas consequências para o futuro (...) da liberdade de imprensa no mundo”. Em um contexto de crescente tensão diplomática com

o Ocidente, o governo russo chamou a decisão britânica de “vergonhosa”.

O processo de Assange virou uma causa para os defensores da liberdade de expressão. Seus partidários alegam que o WikiLeaks tem os mesmos direitos que outros meios de comunicação a publicar material confidencial, desde que seja de interesse público. Mas o

governo americano, que apresentou 18 acusações — que incluem espionagem —, afirma que Assange não é jornalista e sim um hacker. Além disso, alega que a divulgação de documentos sem filtro colocou em perigo a vida de seus informantes. Em caso de extradicação, ele pode ser condenado ao máximo de 175 anos de prisão.

NOBEL DA PAZ

Minuto de silêncio e repúdio à mentira

O russo Dmitry Muratov, 69 anos, editor-chefe do jornal independente *Novaya Gazeta*, fez um pedido ao público presente na cerimônia de gala de entrega do Nobel da Paz 2021, na Prefeitura de Oslo. “Fiquemos de pé e honremos, com um minuto de silêncio, os nossos colegas jornalistas (...) que deram suas vidas por essa profissão”, declarou, em alusão a seis repórteres do *Novaya* que foram assassinados. “Queiro que os jornalistas morram de velhice”, acrescentou.

A filipina Maria Ressa, cofundadora do site de notícias Rappler, fez dura crítica aos grupos de tecnologia norte-americana pela “lama tóxica” propagada nas redes sociais. Ela destacou que esses grupos “são inimigos dos fatos, dos jornalistas”. “Sua natureza é nos dividir

e nos radicalizar”, disse. Muratov e Ressa receberam o prêmio, ontem, por sua luta “a favor da liberdade de imprensa”.

Em entrevista ao *Correio*, publicada em 12 de outubro, Ressa advertiu que “nada pode bater as mentiras que vão em uma lama tóxica, que escorre pelas mídias sociais”. Ontem, na cerimônia, a filipina afirmou: “Com seu poder quase divino, sua tecnologia permitiu que o vírus da mentira infectasse cada um de nós, colocando uns contra os outros, trazendo à tona nossos medos, nossa raiva e nosso ódio, preparando o terreno para a chegada de dirigentes autoritários e ditadores”.

Sob os olhares dos integrantes da família real norueguesa, todos usando máscaras, Ressa destacou a importância de uma informação confiável em

períodos eleitorais e durante pandemias. No entanto, “sem os fatos, não podemos ter a verdade. Sem a verdade, não podemos ter a confiança. Sem confiança, não temos (...) democracia, e se torna impossível enfrentar os problemas existenciais do nosso planeta: o clima, o coronavírus, a luta pela verdade”, acrescentou.

Muratov, 60 anos, dirige um dos poucos jornais ainda independentes na Rússia. “O jornalismo atravessa um período sombrio na Rússia”, afirmou. O *Novaya Gazeta* é conhecido especialmente por suas investigações sobre a corrupção e as violações dos direitos humanos na Chechênia. Desde a década de 1990, seis colaboradores do jornal foram assassinados, entre eles a jornalista Anna Politkovskaya em 2006.

Stian Lysberg Solum/NTB/AFP



Maria Ressa e Dmitry Muratov recebem o diploma e a medalha, em Oslo

Conexão diplomática



silvioqueiroz.df@gmail.com

Ser ou não ser realinhado?

O novo ano apita na curva e antecipa um período especialmente desafiador para a diplomacia brasileira, justamente quando as atenções estarão, crescentemente, voltadas para a eleição presidencial de outubro. Vamos começar 2022 com o país reassumindo uma cadeira não permanente no Conselho de Segurança (CS), a instância máxima das Nações Unidas. O retorno coincide com a presença, no Planalto, de um presidente que adotou como linhas mestras de política externa o realinhamento com os Estados Unidos — notadamente, enquanto era Donald Trump quem ocupava a Casa Branca — e o distanciamento em relação ao sistema multilateral.

Os primeiros três anos de mandato de Jair Bolsonaro foram marcados pela acentuação das fricções entre EUA, China e Rússia — em frentes tão diversas quanto comércio mundial, combate à pandemia e a corrida por novas gerações de armas nucleares. Desde março último sob comando do chanceler Carlos França, de perfil menos ostensivamente “bolsonarista” que o do antecessor, Ernesto Araújo, o Itamaraty se verá no centro de decisões da comunidade internacional com um ambiente de polarização cada vez mais nítida entre as cinco potências que ocupam

cadeira permanente no CS da ONU: além de EUA, China e Rússia, Reino Unido e França, habitualmente mais próximos de Washington.

O galho de cada macaco

O cenário desenhado para 2022 pôde ser antevisto na organização e condução de um evento que passou quase despercebido pelo noticiário, mas que expressa a orientação impressa à política externa americana sob a presidência de Joe Biden, a partir de janeiro. Ainda por via remota, em atenção à reemergência da covid 19, a Casa Branca reuniu antontem um grupo de países escolhidos para uma “cúpula da democracia”.

As listas de convidados e excluídos, à parte as opiniões (naturalmente divergentes) sobre as credenciais democráticas de uns e outros, evidenciam o movimento de Biden no sentido de articular um bloco. O critério escolhido — o da democracia — deu base para que fossem de fora China e Rússia, para ficar nos dois “alvos” mais notórios. É com o regime comunista de Pequim e com o neoczarismo de Vladimir Putin que Washington trata de demarcar campos. O lema para os próximos três anos, na Casa Branca, parece ser: cada um procura a própria turma.

Com que roupa?

Para o Planalto e o Itamaraty, por cima e para além das exigências que a agenda doméstica/eleitoral coloca diante de Bolsonaro, a presença do Brasil no Conselho de Segurança torna incontornável a escolha de caminhos para a inserção global. Iniciada no período FHC e aprofundada nos governos de Lula e Dilma, a projeção do país no sistema multilateral seguiu, até 2016, um rumo que se cruza, agora, com os movimentos no tabuleiro geopolítico.

Em resumo, será preciso escolher um figurino para o baile. Nos anos Lula, especialmente, a diplomacia brasileira perseguiu um caminho descrito pelo então chanceler, Celso Amorim, como feito de “círculos concêntricos”. Na esfera mais próxima, a integração da América Latina, centrada no Mercosul e nas hoje adormecidas Unasul e Celac. A estratégia sul-sul se desdobrou no Forum Ibas, com Índia e África do Sul, sobre a base da articulação entre democracias populosas do mundo em desenvolvimento. O Ibas acabou assimilado pelo Brics, composto com Rússia e China no espírito de costurar um pólo de economias emergentes.

Se a opção mais recente de política externa foi privilegiar as iniciativas bilaterais, em especial no comércio, o assento obtido no CS da ONU recoloca na

pauta o lugar do país no sistema multilateral, questionado pelo governo no combate à pandemia.

Pôquer nuclear

As cartas estão sobre a mesa, desde já, na retomada das conversações para resgate do acordo nuclear fechado em 2015 entre um grupo de potências e o Irã, mas abandonado pelos EUA em 2018, por decisão de Trump, e desde então praticamente em coma. O tratado buscava “congelar” o programa atômico do regime islâmico e impedi-lo de obter a bomba.

A retomada das medidas mútuas de confiança entre os dois lados é negociada fora do terreno do Conselho de Segurança, mas ainda assim sob o guarda-chuva da ONU — os emissários dos sete países reúnem-se em Viena, sede da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O CS, de qualquer maneira, é o organismo qualificado para cancelar o acordo, e não por acaso o consórcio das seis potências ganhou o nome de “grupo P5 + 1”: refere-se aos cinco membros permanentes do Conselho mais a Alemanha.

Como detentores de poder de veto no organismo, o consenso entre os “cinco” é indispensável para que qualquer fórmula possa prosperar e ser oficialmente adotada pelas Nações Unidas.

Fronteira quente

O menu para 2022 no CS pode incluir outro imbróglio pontual que exemplifica a acomodação entre os “grandes” na nova ordem multipolar ainda em consolidação. O ano termina com a tensão em alta na fronteira entre a Rússia e a Ucrânia, há quase uma década às voltas com um conflito entre o governo de Kiev, pró-ocidental, e separatistas pró-Moscou. Foi no contexto da guerra civil, hoje em banho-maria, que Vladimir Putin anexou a península da Crimeia, em 2013 — sob protestos dos EUA, da União Europeia e aliados.

O Kremlin concentra tropas e material bélico no extremo ocidental de seu território de modo a enviar um recado à Otan, aliança militar euro-americana criada nos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), como contraponto à hoje extinta União Soviética. Naquela altura, quando irrompia a Guerra Fria entre Washington e Moscou, a fronteira entre a Otan e o Pacto de Varsóvia, braço militar do bloco socialista, passava pela Europa Central e tinha como marcos visíveis o Muro de Berlim e a Cortina de Ferro.

Passadas três décadas desde o fim do bloco socialista europeu — e da própria URSS —, Putin traça sua “linha vermelha” às portas da própria Rússia. E adverte sobre os riscos de a Otan seguir em frente na expansão para o Leste.